

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.305 - SP (2018/0326337-7)

AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : IZABELLA SANNA TAYLOR E OUTRO(S) - SP329164
AGRAVADO : CELIA MARIA DOS REIS
AGRAVADO : EDITE MONDIN BULOS
AGRAVADO : IARA MUNIZ GONCALVES
AGRAVADO : MIRIAM DE LOURDES MARTINS FERREIRA
AGRAVADO : RACILVA HELENA FICHER
AGRAVADO : RUTH HELENA ZELESNIKAR FERREIRA
AGRAVADO : TOMIKO MIZUTA DENDINI
ADVOGADO : RICARDO MARCHI E OUTRO(S) - SP020596

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou admissão a recurso especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O recurso especial tem origem em embargos à execução de título judicial que condenou a recorrente ao pagamento de parcela remuneratória denominada "sexta parte".

A embargante/recorrente, além de sustentar excesso de execução, alega a nulidade da própria execução, sob o argumento de que os exequentes não teriam apresentado informes oficiais que embasassem seus cálculos sobre o *quantum* exequendo.

A sentença de fls. 122-126 julgou parcialmente procedentes os embargos, apenas para extirpar o excesso de execução.

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação em acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO – Nulidade da execução por ausência de apresentação de informes oficiais – Inocorrência – Documentos que poderiam ser apresentados pela própria Fazenda Estadual, já que os detêm – Manutenção da sentença – Apelação da Fazenda Estadual não provida.

Opostos embargos de declaração, foram eles acolhidos pelo acórdão de fls. 173-176, sem efeito modificativo.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega ofensa aos artigos 614, II e 475-B do CPC/73 (artigos 798, I, b, e 509, §2º do CPC/15). Sustenta, em suma, a nulidade da execução, uma vez que os exequentes não colacionaram *"nenhuma informação administrativa contendo os valores em*

Superior Tribunal de Justiça

que deveria se amparar a elaboração das contas". Aduz, assim, que "não constam dos autos as planilhas das diferenças devidas oriundas do órgão pagador (informes oficiais), imprescindíveis para a correta elaboração e conferência dos cálculos".

Foram apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 211-219).

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base no óbice da Súmula 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo a recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Segundo o acórdão recorrido:

(...)

Não vinga a tese de nulidade, fundada no fato de não terem sido apresentados pelos exequentes os informes oficiais atinentes aos valores das parcelas devidas.

As informações em questão, como parece lógico, poderiam ter sido trazidas aos autos pela própria executada, que detém em seu poder referidos demonstrativos de pagamento.

Ademais, a falta destes documentos somente poderia acarretar nulidade se impedisse o direito de defesa da executada. No caso, porém, a defesa foi plenamente exercida, inclusive com a impugnação dos valores requeridos. A conclusão para esta ausência de dificuldade é simples: a Fazenda tem acesso aos valores que ela própria paga aos seus servidores.

Para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame de elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. 284/STF. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL 12.703/2012. SÚMULA 284/STF. NULIDADE DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMES OFICIAIS. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUIU PELA LIQUIDEZ DO TÍTULO EXECUTIVO COM FULCRO NAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DOS AUTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. A parte recorrente sustenta que o art. 535 do CPC/1973 foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara e precisa, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assevera apenas ter oposto Embargos de Declaração no Tribunal a quo, sem indicar as matérias sobre as quais deveria pronunciar-se a instância ordinária, nem demonstrar a relevância delas para o julgamento do feito. Incidência da Súmula 284/STF.

2. O Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica especificamente o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. O Tribunal de origem afastou a nulidade da execução, com a seguinte fundamentação: "a priori, diga-se que é dispensável a juntada de informes oficiais acompanhando a planilha de cálculos, pois o exequente possui meios para efetuar o cálculo da verba devida" (fl. 127, e-STJ).

4. Logo, para o provimento do Recurso Especial, no tocante à nulidade da execução por falta de elementos capazes de especificar o valor devido, é preciso prévio exame probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1695674/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 19/12/2017)

NULIDADE DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMES OFICIAIS RELATIVOS AOS PAGAMENTOS FEITOS AOS EMBARGADOS. ALEGAÇÃO DE INVIABILIDADE DE CONFERÊNCIA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. DOCUMENTOS DISPONÍVEIS AO ESTADO, REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE, SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Trata-se de Recurso Especial que combate julgamento de Apelação interposto de sentença proferida em Embargos à Execução, ajuizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, pugnando pela nulidade da Execução tendo em vista a ausência de informes oficiais em que pudesse verificar a veracidade da informação trazida.

2. Os julgamentos de primeira e segunda instâncias negaram o pedido da parte recorrente, com base na análise das provas e fatos carreados aos autos, conforme a jurisprudência.

3. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido.

4. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ, que assim estabelece: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1657387/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 24/04/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

